

TECENDO A CONVIVÊNCIA E A SUSTENTABILIDADE NO SEMIÁRIDO: DIFERENCIAIS DE PODER/SABER

Maria Lucinete Fortunato – UFCG – mlucinete@uol.com.br

Mariana Moreira Neto – UFCG moreiramariana@uol.com.br

Resumo

Este trabalho objetiva problematizar a perspectiva da convivência com o semiárido a partir da pluralidade de enunciados que permeia a articulação entre as idéias de convivência e desenvolvimento sustentável e inferem nas políticas públicas elaboradas para este fim. A partir dessas questões, levando em consideração a interseção entre saber e poder, problematiza-se como as políticas públicas de convivência direcionadas, sobretudo para o campo, definem a sustentabilidade nessa região.

Palavras-chave: semiárido, convivência, relações de poder.

Introdução

Os problemas “naturais” que dificultam a permanência na região do Semiárido Brasileiro, sobretudo as estiagens e as enchentes, têm sido convertidos, historicamente, através dos discursos dominantes, em problemas políticos que se inclinam à autopromoção do poder público e incitam a execução de políticas com feições imediatistas que vislumbram soluções momentâneas e insustentáveis e que, na maioria das vezes, contribui para acentuar a idéia de inviabilidade da região, uma vez que o desenvolvimento propiciado por elas é restrito e temporário.

Nos anos 1980, verificou-se um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é *ser Semiárido*, na perspectiva da idéia de convivência, a partir de uma nova compreensão de sujeito e da (re)elaboração de imagens sobre este e sobre o ambiente. Tal compreensão se desloca do tradicional discurso da dependência e gesta novas possibilidades para este “território”, ancoradas na reflexão de questões como respeito à diversidade, solidariedade, coletividade, articulação em redes, autogestão, sustentabilidade, etc.

De acordo com essa concepção, a convivência se anuncia como elemento fundante de uma prática política que envolve todas as dimensões da vida e das experiências culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais do povo do Semiárido e o sentido a

ela atribuído transcende o discurso mistificador do combate à seca, que institui uma forma de ver e dizer sobre o semiárido como um espaço inóspito vitimado por catástrofes naturais e contemplado por ações puramente emergenciais de cunho pragmático e produtoras de relações de poder hierárquicas e clientelísticas.

O discurso da convivência defende a interação entre poder público e sociedade civil como caminho viável à elaboração de políticas públicas que promovam a autonomia e a inclusão social e contemplem a sustentabilidade como modelo imprescindível ao desenvolvimento socioeconômico da região. Visa, portanto, a

possibilidade de se pensar conjuntamente (sociedade e Estado) as dimensões global, nacional, regional e local e se construir um projeto social que tenha como meta a melhoria, não só das condições de vida no que se refere à estrutura de moradia, nutrição, saúde e educação, lazer, mas também das relações humano-subjetivas, ou seja, dos valores e princípios que imprimem as formas de uma sociedade pensar e que, certamente a sustentam (SOUSA, 2005, p. 51).

A partir dessa perspectiva, as políticas públicas voltadas para a convivência com o Semiárido, despontam como uma necessidade que se impõe no debate sobre a sustentabilidade econômica, social e cultural desta região e potencializam o repensar das redes de poder/saber que estão sendo tecidas historicamente¹.

Neste contexto, diversos segmentos da sociedade civil e do Estado vem se relacionando para gerir políticas que estejam em consonância com a proposta de convivência com o Semiárido. Programas sociais diversos (como: Programa Um Milhão de Cisternas, Programa Uma terra e Duas Águas, Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional e Programa Fome Zero, entre outros) materializam a necessidade de impelir essa região a um desenvolvimento sócio-econômico sustentável a partir da criação de condições mais propícias para um melhor relacionamento entre homem e natureza.

Este trabalho analisa a proposta da convivência e como ela é perpassada pela idéia de desenvolvimento sustentável, buscando apreender como a articulação entre convivência e sustentabilidade se apresentam e inferem na elaboração, execução e gestão de políticas públicas propostas para a região semiárida, bem como essas políticas são produtoras de novas visibilidades e novas dizibilidades sobre esse espaço, considerando os diversos pontos de interseção entre saber e poder.

Verifica-se que a elaboração, execução e gestão das referidas políticas vêm possibilitando redefinições nas condições sócio-culturais, políticas e econômicas do Alto Sertão Paraibano, sobretudo no âmbito do desenvolvimento e da autonomia; e,

neste sentido, percebe-se que a idéia da convivência se institui com base em questões como:

- acesso e uso dos recursos naturais, como sementes, água etc., através de ações de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária;
- elaboração e execução de programas e ações de manejo e uso sustentável dos recursos naturais e do ecossistema, através do bioma caatinga.

A relação com a natureza, o armazenamento e uso adequado da água da chuva, o manejo da caatinga, o conhecimento sobre os animais e as plantas nativas ou adaptadas à região e o fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária, são aspectos que interagem no processo, possibilitando a (re)elaboração de alternativas de vida e de vivência de relações sociais e políticas.

A partir dessas questões, problematiza-se como é pensada a convivência, bem como, em que medida essa questão transversaliza as políticas públicas direcionadas, sobretudo para o campo; define, na sua implementação, a participação da população que habita o Semiárido; e, até que ponto, contribui efetivamente para a sustentabilidade nessa região.

A proposta da convivência com o semiárido

A naturalização do discurso da convivência e sua referência como parâmetro de construção de condições dignas de vida no espaço da semiaridez nordestina e possibilidade exclusiva de desenvolvimento nesta região, vem sendo explicada e personificada em múltiplos enunciados, como educação contextualizada, tecnologias adaptadas, respeito ao meio ambiente, sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.

Dentro desse novo diálogo, que operacionaliza uma ruptura ao discurso do combate à seca e às relações de dominação e dependência, significa buscar constantemente estar em plena harmonia com a natureza, numa relação íntima e sustentável², e que seja promotora do desenvolvimento humano considerando a interdependência das relações entre os homens e entre estes e o meio ambiente.

Neste sentido, o pensar a convivência com o semiárido tem como um dos seus principais pressupostos a sustentabilidade, ancorada em práticas e alternativas de desenvolvimento harmonioso e integrado das esferas econômica, política e social e no protagonismo dos seus habitantes.

De acordo com o discurso da convivência, o alcance do desenvolvimento sustentável também inclui a conquista de visibilidade política, a educação e a participação dos setores da sociedade civil nos espaços e nas políticas públicas. As políticas públicas, por exemplo,

(...) têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo. Pode-se assim entender política pública como “linha de ação” coletiva que concretiza direitos sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual (PEREIRA, apud DEGENNSZAJH, 2000, p. 59).

Nessa perspectiva, a elaboração, execução e gestão de políticas públicas se torna imprescindível, uma vez que a elaboração e/ou definição dessas políticas depende das táticas e estratégias que consolidam as relações de poder entre a sociedade civil organizada e o poder público. Assim, o nível de inferência das políticas públicas direcionadas para o Semiárido, possui uma relação direta com a mobilização e a potencialidade da ação política dos sujeitos diretamente relacionados.

A elaboração e execução de políticas públicas pautadas na idéia de convivência exprimem, pois, um novo olhar e uma nova concepção sobre o Semiárido que durante muito tempo foi encarado indiscutivelmente, como uma “região-problema para o país; e despontam, nesse contexto, como uma possibilidade de transformação da realidade dramática vivenciada por muitas pessoas em consequência da falta de água potável, das secas recorrentes, das relações de poder, do conformismo social, da fome e miserabilidade das famílias. Uma realidade que para tantos se mostra desafiadora.

O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) exemplifica bem essa afirmação. Concebido pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro o P1MC vem sendo executado desde 2003, visando beneficiar 1.000.000 de famílias que habitam o Semi-Árido Brasileiro. Sustentando a bandeira da convivência e da sustentabilidade reúne recursos financeiros para a construção de cisternas domiciliares de placa cuja capacidade de armazenamento é de 16 mil litros para o aproveitamento da água da chuva: uma quantidade suficiente “para uma família de até sete pessoas beber, cozinhar e escovar os dentes durante o período agudo da seca, normalmente oito meses”. (Cisternas /MDS: s/d: p. 06).

A proposta do P1MC está dentro de um conjunto de alternativas elaboradas com o objetivo de viabilizar mudanças positivas para a região do Semi-Árido, no tocante à questão do acesso à água, e de suscitar nas pessoas a consciência de que os recursos naturais, sobretudo os recursos hídricos, podem ser bem aproveitados quando utilizados

na perspectiva da sustentabilidade e na idéia de convivência com o meio natural; sem gerar sistemas de dominação e promovendo a mobilidade social. Neste sentido, a construção das Cisternas de Placa é precedida de um processo de formação das famílias contempladas pelo programa que objetiva educá-las para a cidadania e para a prática da convivência com o Semi-Árido, a fim de que os usuários adquiram autonomia e tenham consciência da sua capacidade de promover mudanças e de gerir alternativas que respondam às problemáticas de sua própria realidade. Esse processo educativo que contempla os pilares de sustentação do processo de formação pessoal e da educação para convivência com o Semi-Árido (o “saber conhecer”, o “saber fazer”, o “saber conviver”, e o “saber ser”) tem se mostrado cada vez mais imprescindível à concretização dos objetivos ensejados pelo PIMC.

Especificamente, no que concerne às inferências desse projeto no âmbito social, as experiências vivenciadas por pessoas que sofriam com a falta de água revelam o caráter positivo dessa iniciativa que: disponibilizou água potável para muita gente de forma racional e econômica, reduziu o trabalho de muitas mulheres que iam buscar água em latas na cabeça muitas vezes a quilômetros de distância de suas casas – rompendo assim com uma tradição secular que pesava sobre elas -, quebrou algumas correntes de dominação que geravam dependência e subordinação possibilitando a independência e autonomia das famílias no que tange a questão do acesso à água; promoveu a organização e integração da comunidade criando uma verdadeira rede de solidariedade tanto nos momentos de capacitação quanto no transcorrer do processo de construção das cisternas; despertou a consciência pública para o significado da água e a importância de seu uso racional etc.

Pensar a convivência com o Semiárido, dentro desse novo diálogo que insurge como proposta de ruptura ao discurso do combate à seca e às relações de dominação e dependência³, não significa, portanto, travar uma luta incansável contra a natureza, mas buscar constantemente estar em plena harmonia com ela, numa relação íntima e sustentável, e que seja promotora do desenvolvimento humano.

A uniformidade do discurso da convivência cria, portanto, uma superfície lisa, retesada, sem estrias, sem dobras e, dessa maneira, sem possibilidades e viabilidades para as resistências, as fugas, as digressões. Portanto, tentativa de construção de um discurso e de uma imagem sobre o Semiárido a partir de um único viés, o da convivência, inibe, desconsidera, desqualifica toda e qualquer iniciativa que sugira a produção de desejos, de vontades, de procederes que extrapolem os contornos e traços de uma realidade

cartografada com as cores da sustentabilidade, da agroecologia, do aproveitamento da água das chuvas, da educação contextualizada.

A sustentabilidade e a convivência

Os programas e ações sociais interessados na melhoria das condições sócio-econômicas da região semiárida, sob ótica da convivência, tomam como base preponderante das suas propostas a ideia da sustentabilidade.

A noção de sustentabilidade é fundamentada nos argumentos elaborados por SACHS (2008a, 2008b) que vem construindo um referencial teórico bastante pertinente sobre essa questão. Segundo ele, a sustentabilidade do desenvolvimento ou o ecodesenvolvimento, como alguns designam, é uma maneira de encarar a vida no planeta pensando não apenas no imediatismo do presente, mas na responsabilidade que temos com o futuro, ou seja, ela se assenta “*no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras*” (SACHS, 2008b, p. 15).

Sachs destaca cinco pilares que subsidiam a formulação do conceito de sustentabilidade, quais sejam: social, ambiental, territorial, econômico e político. Todos esses aspectos interagem e são operacionalizados a partir da observância de questões sociais, culturais, ecológicas, ambientais, territoriais, econômicas e políticas, que são necessários para definir e determinar como deve ser produzida a vida no planeta, assegurando a qualidade das relações presentes e a possibilidade de vida digna para as próximas gerações.

Assim, a sustentabilidade tem se configurado como uma reação social e política à racionalidade econômica que, ao longo dos anos, instituiu discursos e práticas sobre a região como economicamente improdutiva e humanamente inviável. E tem sido pensada como um projeto alternativo que, embora em um primeiro momento, possa ser funcional ao sistema, com o tempo poderá se transformar em um processo emancipatório que tenha sua razão primeira nas prioridades sociais, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos.

A partir desses pressupostos, a concepção de um desenvolvimento sustentável como motivação para a produção do discurso sobre a convivência vai orientar a atuação e as ações de um conjunto de entidades da sociedade civil que se organizam e passam a atuar na região desde o final da década de 1980. Essas entidades não governamentais desenvolvem suas atividades na região semiárida do Nordeste e começam a elaborar

uma proposta de desenvolvimento que, acelerando o processo de crescimento econômico, não o faça divorciado dos aspectos sociais, ambientais e culturais. Essa proposta traz como principal elemento de articulação a ideia da convivência entre o homem e o meio ambiente árido, com o desenvolvimento de novas tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva, o manejo sustentado da caatinga, as tecnologias alternativas de produção, a educação contextualizada, entre outros.

É nesse contexto que toda a comunidade científica da região também é instigada a se empenhar em desenvolver projetos que viabilizem práticas sustentáveis de convivência a partir da utilização de tecnologias ou outros mecanismos que possibilitem o aumento do nível produtivo dessa região e uma participação mais significativa de seus produtos no mercado nacional e no mercado de exportações; mas, sobretudo que viabilize às famílias do Semiárido o acesso a uma alimentação de qualidade e a mecanismos que, impulsionando o desenvolvimento da produção de variados gêneros agrícolas, possam gerar renda e garantir uma maior importância para a agricultura familiar (ou de subsistência) no cenário agrícola nacional.

Portanto, a manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produção agrícola; a redução e eliminação dos impactos negativos da atividade produtiva sobre o meio ambiente; a relação de convivência com as especificidades climáticas regionais; a valorização econômica e política dos agricultores; o atendimento satisfatório das necessidades humanas de alimento e renda e o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades residentes na região são elementos que configuram uma proposta de desenvolvimento sustentável e que está presente como elemento fundante da ideia de convivência.

Considerações Finais

A proposta de convivência, que permeia as políticas públicas para o Semiárido, emana de uma nova ética e de uma nova mentalidade que pensam o Semiárido Brasileiro como um espaço de particularidades naturais e sócio-culturais que lhe conferem possibilidades de desenvolvimento. Estas últimas inerentes a indivíduos e coletividades capazes de protagonizarem o desenvolvimento econômico dessa região a partir de parcerias estabelecidas entre o poder público e setores da sociedade civil na realização de ações como: o aproveitamento dos recursos naturais próprios da região, a elaboração e execução de políticas públicas sustentáveis, a criação de condições necessárias para o exercício do pensamento crítico e da formação cidadã através da inferência de uma

educação contextualizada e o cultivo de um saber que, extrapolando os muros das escolas, possibilite a tomada de consciência tão imprescindível à aquisição da autonomia das famílias do Semi-Árido.

A sustentabilidade e a convivência são enunciados que fundamentam os programas e ações sociais interessados na melhoria das condições sócio-econômicas da região. As políticas públicas, ao considerarem esses pressupostos, incidem de forma significativa na vida das pessoas educando-as para uma relação de convivência com o Semi-Árido através da participação ativa tanto na elaboração quanto na execução dessas políticas – que devem responder as necessidades mais urgentes do povo dessa região. A ideia é que nem sempre se vai mudar o mundo de forma radical, mas desejar profundamente qualquer que seja a mudança necessária já é um grande passo para que ela aconteça.

Em suma, o discurso da convivência com o Semiárido e a idéia de sustentabilidade ganham significância quando práticas que anunciam uma relação harmônica entre homem e natureza começam a inferir sobre as questões sociais dessa região elaborando alternativas capazes de amenizar alguns dos seus problemas, possibilitando a formação de uma consciência mínima da capacidade que os habitantes dessa região têm de transformar o seu contexto social.

A partir dessa compreensão, consideramos os discursos que elaboram a idéia da convivência como formas de compreender uma realidade e de legitimar relações de poder-saber que são instituídas e que institucionalizam concepções e formas de organização do mundo e de instituir visibilidades e dizibilidades sobre o “ser semiárido”. São, também, aquilo pelo qual são estabelecidos campos de disputas, ou seja, uma forma de poder que motiva querelas e atritos, concordâncias e consentimentos e, como tal, precisa ser questionada, dissecada e analisada em suas mais diversas teias.

¹ Cf. SÁ, A. M.; FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, Mariana. 2008.

² A noção de sustentabilidade aqui pressupõe “fortalecimento e melhoria das relações humanas, e destas com o meio em que vivem...”. (SOUSA, 2005, p.46; SACHS: (2008a; 2008b)

³ A idéia de que as relações de poder se caracterizam como relações de dominação e dependência sempre esteve presente na história do Brasil servindo como enunciado para viabilizar o enriquecimento e a manutenção de privilégios de uma minoria, em detrimento da exploração desenfreada da maioria da população. Para a elite dominante que detinha prestígio e participação junto ao poder político, beneficiando-se dos recursos financeiros destinados às obras de combate à seca, nunca interessou que as famílias que dependiam de seu apoio se tornassem autônomas (Cf.: ÁGUA DE CHUVA: O segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro, 2001, p.14-15). É preciso ter em vista que “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio

acompanhando as palavras” (Cf. ORLANDI, 2005, p.83). Talvez isso explique a posição das pessoas que se submetiam a esta relação desigual.

Referências Bibliográficas

Água de chuva: o segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro. Cáritas Brasileiras/Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

DEGENNSZAJH, Raquel R. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. In. **Capacitação em Serviço Social e política social**, modulo 3. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas/São Paulo: Pontes, 2005.

SÁ, A. M.; FORTUNATO, M. L. ; MOREIRA NETO, Mariana. **Convivência com o Semiárido na Paraíba:** Políticas Públicas, Autonomia e Desenvolvimento Sustentável. Revista pesquisa (UFCG), v. 2, p. 507-526, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2008a. 3ª ed.

_____. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamoud, 2008b.

SOUSA, Ivânia Paula Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semi-Árido Brasileiro**. São Paulo: Peirópolis, 2005.